

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE GOIÁS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSU
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA
À EDUCAÇÃO BÁSICA
NA MODALIDADE DE JOVENS E ADULTOS

AS CONTRIBUIÇÕES DA EJA, DO PROJETO AJA - EXTENSÃO
E DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES
NA REINSERÇÃO DOS SEGURADOS DO INSS NO MERCADO DE
TRABALHO

MARIA APARECIDA ALVES

GOIÂNIA – GO

2009

MARIA APARECIDA ALVES

AS CONTRIBUIÇÕES DA EJA, DO PROJETO AJA – EXTENSÃO
E DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES
NA REINSERÇÃO DOS SEGURADOS DO INSS
NO MERCADO DE TRABALHO

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás e à Universidade Federal de Goiás – UFG, como requisito para a obtenção do grau de especialização *latu sensu*, em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação da Prof. Dr^a Arlene Clímaco.

GOIÂNIA – GO

2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1 – Habilitação e Reabilitação Profissional	6
2 – Os Reabilitandos	9
3 – O Aluno de EJA e o Projeto AJA – Extensão da SME de Goiânia	11
4 – O Aluno de EJA, o Trabalho e o Mercado de Trabalho	18
5 – Contribuições do Projeto AJA – Extensão e dos Cursos Profissionalizantes aos Alunos Segurados do INSS	23
CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico, para conclusão do concurso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, tem a intenção de mostrar qual a contribuição que o Projeto AJA Extensão e os cursos profissionalizantes têm oferecido aos segurados encostados do INSS que passam pelo sistema de reabilitação, com a finalidade de serem reinseridos no mercado de trabalho, se tiverem habilidades e competências físicas e psicológicas resguardadas e que após passarem por avaliação se mostrarem aptos para voltar a trabalhar.

Com o intuito de alcançar tal objetivo, será apresentada no primeiro momento, a identificação do Sistema de Reabilitação do INSS e do Projeto AJA Extensão; a análise das contribuições que o Projeto AJA – Extensão e tem oferecido aos segurados do INSS no momento de sua reinserção no mercado de trabalho e, em seguida, as considerações finais.

Para tanto foram consultados como documentos básicos o Decreto Lei 3048/99, o Manual Técnico de Atendimento na Área de Reabilitação Profissional (Previdência Social, 2009) e literaturas sobre acidentes de trabalho, educação de jovens e adultos e a Proposta Pedagógica da EJA da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (2005).

De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho, citados pelo ex- ministro do Estado da Previdência e Assistência Social, Robert Brant (In: Mendes, 2001) morrem no mundo inteiro, mais de 1,1 milhão de pessoas, todos os anos, as quais são vítimas de doenças ou acidentes relacionados ao trabalho. “Esse número é maior que a média anual de mortes no trânsito (999 mil), as provocadas por violência (563 mil) e por guerras (50 mil)” (Brant In: Mendes, 2001).

Segundo informações estatísticas da Previdência Social, relativas à segurança e saúde ocupacional, no Brasil, em 2007, ocorreram 653.090 acidentes e doenças do trabalho envolvendo os trabalhadores assegurados da Previdência Social. Foram contadas 20.768 doenças relacionadas ao trabalho e entre essas não estão relacionadas as dos contribuintes individuais (autônomos) da Previdência e dos empregados domésticos.

Em função dessas doenças e acidentes, inúmeros trabalhadores foram afastados de suas atividades laborativas, temporária ou permanentemente. Só no ano de 2007 foram afastados de suas atividades 580.592 trabalhadores por incapacidade temporária, 8.504 permanentemente, e registrados 2.804 óbitos de trabalhadores por doenças ou acidentes de trabalho, segundo os dados estatísticos levantados pelo departamento de estatística da Previdência.

Ainda segundo dados da previdência, em 2007, a cada 3 horas um trabalhador veio a óbito por fatores ambientais do trabalho e ocorreram 75 acidentes e doenças no trabalho a cada 1 hora na jornada diária, uma média de 31 trabalhadores /dia que deixam o trabalho por invalidez ou morte (Estatística da Previdência, 2009)

Os números elevados de trabalhadores afastados de seus postos de trabalho temporariamente ou permanentemente geram na saúde pública do país grande impacto, tanto social quanto econômico.

As estatísticas divulgadas em 2009 pelo departamento de estatística da previdência informam que no ano de 2008 foram gastos pelo INSS R\$ 11,60 bilhões/ano com pagamento de benefícios concedidos aos assegurados por motivo de doenças e acidentes de trabalho e aposentadorias especiais. Ao adicionar os custos operacionais do INSS e as despesas de saúde, o custo atingiu a cifra de R\$ 46,40 bilhões só no ano de 2008.

A quantidade de casos, a gravidade das seqüelas e o alto custo social e financeiro das doenças e acidentes de trabalho têm apontado para a urgente necessidade de elaboração de políticas públicas e implementação de ações que

venham reduzir significativamente esse quadro, seja no âmbito da prevenção das doenças e acidentes no trabalho ou da reabilitação dos doentes e acidentados e sua reinserção no mercado de trabalho.

Esta última ação, a de reabilitar os segurados e inseri-los no mercado de trabalho é que interessa aos nossos objetivos, uma vez que temos a pretensão de informar as contribuições que a EJA tem oferecido para que essa reinserção aconteça.

1 - Habilitação e Reabilitação Profissional

Para explicar melhor tal ação faz-se necessário compreendermos melhor o que é o Sistema de Reabilitação do INSS.

A habilitação e/ou reabilitação dos segurados do INSS está garantida no artigo 136 do Decreto Lei nº 3.048/99 e consiste na assistência educativa ou reeducativa de adaptação ou readaptação profissional proporcionando meios de reingresso ao mercado de trabalho. Para isso, foi criado o Sistema de Reabilitação Profissional que tem o objetivo de readaptar os segurados ao mercado de trabalho.

O artigo 137, do mesmo Decreto, estabelece as funções básicas do processo de habilitação e reabilitação profissional que compreende:

- I - Avaliação do potencial laborativo;
- II - Orientação e acompanhamento da programação profissional;
- III - Articulação com a comunidade, inclusive mediante a celebração de convênios para a reabilitação profissional, com vistas ao reingresso ao mercado de trabalho;
- IV - Acompanhamento e pesquisa da fixação no mercado de trabalho (Decreto 3048/99)

O Manual Técnico de Atendimento na Área de Reabilitação Profissional, da Divisão de Reabilitação Profissional, da Previdência Social (2009), explica resumidamente, cada uma das funções, da seguinte forma:

- I – A avaliação do potencial laborativo tem o objetivo de avaliar a real capacidade que os segurados têm de voltar ao trabalho através de análise global dos seguintes aspectos: perdas funcionais; funções que se mantiveram conservadas; contra-indicações; potencialidades e prognósticos para o retorno ao trabalho, habilidades e aptidões; potencial para aprendizagem; experiências profissionais e situação empregatícia; nível de escolaridade; faixa etária e mercado de trabalho.

II- A orientação e acompanhamento da programação profissional compreendem a condução do reabilitando a uma nova função a ser exercida no mercado de trabalho, considerando os seguintes elementos básicos: conhecimento de potencial laborativo, requisitos necessários ao exercício das profissões e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, utilização de recursos disponíveis na comunidade para o planejamento e a preparação profissional, como cursos e treinamentos.

III- A articulação com a comunidade para a celebração de convênios tem a função de levantar tendências e oportunidades oferecidas pelo mercado, no entanto, não tem a obrigatoriedade da efetiva inserção, por parte do INSS, conforme dispõe o § 1º, art. 140 do Decreto 3048/99. (Previdência, 2009)

O acompanhamento e a pesquisa de fixação no mercado de trabalho consistem nas ações que serão aplicadas para constatar a adaptação do segurado ao trabalho, a efetividade da reabilitação e o fornecimento de dados que realmente o sistema visando à melhoria dos serviços prestados.

O sistema de Reabilitação Profissional opera dentro de um programa interno da Previdência chamado “Reabilita”, que tem a função de operacionalizar e descentralizar as ações da Reabilitação Profissional conjuntamente com a Perícia Médica, dentro da APS (Agência da Previdência Social) e em articulação com os serviços do INSS.

O Reabilita faz parte dos serviços do Instituto Nacional do Seguro social e conta com uma equipe multidisciplinar composta por médicos peritos, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, sociólogo, técnico em assuntos educacionais, analista e técnico do seguro social, entre outros.

A clientela do Serviço de Reabilitação Profissional segundo o Reabilita, assim se constitui:

- O beneficiário em gozo de auxílio doença, acidentário ou previdenciário;
- O segurado em gozo de aposentadoria especial, por tempo de contribuição ou idade que, em atividade laborativa tenha reduzida a sua

capacidade funcional, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou causa;

- O aposentado por invalidez, espontaneamente ou quando da revisão do beneficiário. (Previdência, 2009)

Não é exigido do segurado tempo mínimo de contribuição para que possa gozar de tal benefício. O INSS fornece aos segurados, por meio do Sistema de Reabilitação Profissional, próteses, órteses, instrumentos de trabalho, implementos profissionais, auxílio transporte e auxílio alimentação.

Os segurados que, após passarem por perícia médica, forem encaminhados ao Programa de Reabilitação Profissional, são obrigados a se submeterem ao Programa ou terão a suspensão do benefício.

De acordo com o artigo 140 do Decreto 3048/99, o INSS emitirá ao segurado considerado readaptado, um certificado de capacitação profissional, indicando a nova função considerada apta às suas habilidades e competências, sem prejuízo do exercício de outra atividade que o mesmo julgue capacitado para exercer.

O segurado que recebe auxílio acidente é aquele que fica com seqüelas após o acidente e tem reduzida a sua capacidade de trabalho. Tem direito a esse benefício, o trabalhador empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial. É interessante ressaltar que o empregado doméstico, o contribuinte individual e o facultativo não têm direito de receber tal benefício. Não é exigido tempo mínimo de contribuição, mas deve comprovar impossibilidade de trabalhar através de perícia médica. Esse benefício pode ser acumulado com outros benefícios, exceto aposentadoria e é deixado de ser concedido após aposentadoria.

O auxílio doença é o benefício pago a todo segurado considerado incapacitado temporariamente para o trabalho, que foi assim considerado pela perícia médica. Devem ser comprovadas 12 contribuições anteriores à data do início da incapacidade.

Resumidamente essas são as informações básicas necessárias para a compreensão do que vem a ser o Sistema de Habilitação e Reabilitação Profissional

do INSS e que permitirá compreender melhor a identidade do aluno do Projeto AJA Extensão que passa por esse sistema e tem obrigatoriamente, (em casos específicos a ser apresentado posteriormente) que passar pela sala de aula para elevação da escolaridade.

2 – Os Reabilitandos

Na maioria dos casos os segurados não veem com bons olhos o Serviço de Reabilitação Profissional, pois não há por parte deles o interesse em voltar ao mercado de trabalho e, sim, em se aposentarem. É bastante comum ouvir nos corredores do prédio do Centro de Reabilitação de Goiânia, segurados reclamando por estar sendo readaptados.

Na realidade os segurados são avaliados pelos médicos peritos, recebem orientação da Orientadora Profissional e, de acordo com as normas do Sistema de Reabilitação, são desligados do Programa, aposentados ou conduzidos à reabilitação profissional para a inserção no mercado de trabalho, mesmo com seqüelas graves, mas que não os impedem de trabalhar de acordo com a visão do Sistema de Reabilitação, mas nem sempre de acordo com a visão do segurado.

Quando os segurados, após avaliação, são considerados aptos a voltar ao trabalho, são desligados do sistema e para aqueles que não têm vínculo empregatício, ou não há vaga diferenciada na empresa em que trabalhavam, para aqueles com vínculo empregatício, eles se sentem desprotegidos, inseguros e inutilizados para o mercado, pois entendem que nenhuma empresa os contratará, uma vez quem têm seqüelas de doenças ou acidentes e o INSS lhes garante o curso, mas não o emprego. Uma vez desligados do Sistema eles estão por conta própria e isso gera um grave problema, pois estão sem emprego e sem benefício que lhes garantia o sustento.

Por outro lado, muitos são os casos de segurados que recebem o benefício e trabalham clandestinamente sem que o INSS saiba, para complementar a renda familiar. Se descobertos o benefício cessa.

Para o segurado que está na ativa, fazendo bico e ganhando o benefício sem que o sistema de Reabilitação saiba, pode ser um ganho a mais para auxiliar nas despesas, mas para o Brasil, é mais um aumento nos gastos com a Previdência.

Os segurados em processo de reabilitação e quem têm baixa escolaridade são encaminhados ao Ensino Básico para que concluam a 4ª série do Ensino Fundamental, pois os cursos profissionalizantes não aceitam alunos com escolaridade abaixo dessa faixa e atualmente está ficando cada vez mais difícil conseguir convênio com cursos profissionalizantes para alunos com esse grau de escolaridade.

A partir deste momento a EJA entra em ação, contribuindo para a melhoria do nível de escolarização dos segurados, permitindo sua inscrição nos cursos profissionalizantes escolhidos pelos próprios segurados ou indicados pelo Sistema. Eles são enviados às escolas da comunidade para estudar. No Brasil, somente em Goiânia, há uma parceria do Centro de Reabilitação Profissional com a Secretaria Municipal de Educação e, as aulas são oferecidas dentro do centro através do Projeto AJA Extensão.

O próximo tópico tecerá algumas considerações sobre a Educação de Jovens e Adultos e a identificação do Projeto AJA- Extensão.

3 – O Aluno de EJA e o Projeto AJA-Extensão da SME de Goiânia.

Andrade (2004, p.50) caracteriza assim os jovens da EJA:

São Jovens que, por uma série de motivos, precisaram abandonar a escola; vivem em periferias, favelas, vilas e bairros pobres, principalmente nas grandes cidades; são majoritariamente negros; circulam no espaço escolar um “incansável número de vezes, com entradas, saídas e retornos, após o período estabelecido como o próprio para a vida escolar (7 a 14 anos).

E Marta Kohl (1999) completa essas características ao apontar o jovem de EJA como alguém excluído da escola, porém inserido nos cursos de suplência em fase mais adiantada. Esses jovens geralmente são envolvidos em atividades ligadas à sociedade letrada, escolarizada e urbana, tanto no trabalho, quanto no lazer.

Diante da caracterização exposta pelas referidas autoras e pela vivência estabelecida com jovens de EJA, na prática de trabalho, percebe-se que não se trata de qualquer jovem da sociedade brasileira, mas daqueles advindos da classe pobre, excluídos da escola na idade apropriada e que agora se veem obrigados a ela regressar, seja porque seu baixo nível de escolaridade lhes impede de arranjar um serviço melhor, com melhores salários, seja porque as empresas em que trabalham oferecem um posto melhor, mas com exigências de maior escolaridade, ou seja, porque as empresas os ameaçam com demissão, ou os demitem, pelo pouco estudo que têm, uma vez que os postos de trabalho exigem cada vez mais qualificação e aperfeiçoamento, para lidar com as novas tecnologias nas empresas.

Por sua vez, os adultos, alunos da EJA, se caracterizam como trabalhadores braçais, oriundos de famílias da zona rural que em geral passaram apressadamente por uma escola no campo, mas viram adiados seus sonhos de estudar, por terem que trabalhar, para auxiliar no sustento da família. Com a perspectiva de melhores dias, essas famílias se mudaram para as cidades, mas se veem obrigadas a trabalharem em

serviço braçal pesado, principalmente na construção civil. Muitos homens e mulheres, arrimos de família, deixaram seus sonhos de estudar de lado, para trabalharem e ajudar os pais a formar os irmãos mais novos, conforme depoimentos dos próprios alunos, quando chegam à sala de aula, envergonhados por estarem ali naquela idade e sentem necessidade de justificar seu atraso escolar.

Assim como os jovens, eles também se veem obrigados a voltar à escola ao sentirem uma grande pressão sobre si em função da idade avançada ou avançando - no Brasil o nível de empregabilidade diminui consideravelmente após os 40, ainda mais para quem tem baixa escolaridade. Receosos de perderem seus empregos, mesmo braçais, ou de não mais conseguirem vagas nas empresas, por se sentirem já velhos e com pouco estudo, esses adultos voltam à escola na perspectiva de melhorar sua performance e conseguir ou manter o emprego que garante sua sobrevivência.

Dessa forma, percebe-se os jovens e adultos alunos da EJA, como oriundos da classe trabalhadora, excluídos da escola em seu “tempo normal”, empregados ou desempregados e que voltam a estudar na perspectiva de tentar garantir, pela melhoria do nível de escolaridade, uma vaga de emprego, nas indústrias, confecções portuárias de prédio (até essas já exigem maior escolaridade), comércio e até em concursos públicos das empresas estatais que fazem a limpeza das cidades ou de instituições escolares, trabalhando como merendeiras, porteiros ou administrativos, entre outros.

Entre esses estão também os alunos segurados do INSS em gozo do auxílio doença/acidente, que passam pelo processo de reabilitação para inserção no mercado de trabalho, mas que não contam com escolaridade suficiente para participarem dos cursos profissionalizantes. Estes, ministrados por qualquer instituição reconhecida oficialmente da comunidade que ofereça certificado de curso técnico, como o CEPES, o Sistema S e outros, são oferecidos também à sociedade como um todo, mas recebem principalmente a clientela de EJA que possui um nível maior de escolaridade - 5ª à 8ª séries.

Em conformidade com Sérgio Haddad (2005), podemos dizer que a Educação de jovens e adultos se constitui num conjunto diverso de processos e práticas formais, relacionadas à ampliação e aquisição de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades sócio-culturais e podem acontecer em qualquer lugar: na família, no trabalho, na convivência sócio-cultural e de lazer, nas instituições religiosas e agora, no mundo globalizado, também à distância.

Sendo assim, a EJA requer um trabalho que atenda às suas especificidades como: atendimento diferenciado em relação às demais modalidades, garantia de acesso à escola em horário compatível com o aluno trabalhador, flexibilidade de frequência, de matrícula, carga horária e currículo voltados para suas necessidades e avanço a qualquer momento.

Sem essas maleabilidades torna-se praticamente impossível atender ao aluno de EJA que já traz em si mesmo, em sua identidade, várias especificidades que obriga a EJA levar até ele um ensino diferenciado, sob a perspectiva da formação continuada.

Nesse sentido é preciso oferecer uma educação de qualidade que, incorporadas às experiências já vivenciadas pelo aluno, possibilite o desenvolvimento de habilidades e competências que possam garantir condições de elevação da cidadania a ponto de serem capazes de encontrar meios de compreensão dos problemas sociais.

Nessa visão humanista de educação, onde a prática da convivência cotidiana do indivíduo com seus pares e da interrelação com o conhecimento elaborado e sua realidade, possa fazer com que o educando esteja sempre adquirindo e reconstruindo dentro de si mesmo e com os outros, conhecimento, autonomia, discernimento, conscientização de sua própria identidade que o leve ao desenvolvimento de formas autônomas de pensar e compreender a realidade, de se ver como sujeito historicamente construído, adquirindo habilidades e potencialidades para efetivar sua participação social com capacidade crítica para modificar o mundo à sua volta. Pode-se perceber quão árduo e diferenciado é o trabalho com os alunos da EJA, no sentido de ter comprometimento com a valorização dos sujeitos, compreender suas necessidades e garantir o respeito ao tempo e às especificidades que cada aluno tem.

Nesse sentido, a proposta de EJA se diferencia da proposta de suplência, pois vai muito além da simples aquisição de conhecimentos por parte do educando, para buscando ajudá-lo a compreender o mundo, entender a dinâmica da organização social, compreender a sua realidade e adquirir competência intelectual que o faça sentir-se apto para contribuir com sua transformação. (S.M.E., 2005a)

Nessa perspectiva, a EJA necessita ser trabalhada dentro de princípios norteadores como a cidadania, a identidade e a aprendizagem, princípios estes, que são o eixo regulador do Projeto AJA - Extensão que assim os define:(DEF-AJA, 2006).Cidadania, compreendida como processo de construção social forjada no interior da prática social e política das camadas populares, implicando a conquista do direito ao atendimento de todas as necessidades básicas da pessoa humana;

- Identidade, definida como processo em que os sujeitos são autores de sua própria identidade, no convívio social e na construção da sociedade em que vivem;
- Aprendizagem, conotada pela prática de uma construção conjunta de conhecimentos, sendo professores e alunos sujeitos da aprendizagem.

Além desses, a S.M.E de Goiânia ainda acrescenta outros, como a linguagem e o trabalho coletivo (S.M.E., 2005b)

A linguagem pode ser entendida como um processo de interação e comunicação entre o indivíduo e o meio ou entre dois ou mais indivíduos. É formada por um aspecto verbal e outro não verbal; o primeiro podendo ser escrito ou falado e o segundo, indo desde a linguagem corporal até a simbólica, todos eles sendo fortemente influenciados pela ideologia sócio-político-econômica do meio em que se inserem. A compreensão dos fatores que interferem na organização do meio social possibilita que o indivíduo assuma uma postura crítica diante desse meio, além de permiti-lhe a apropriação e/ou a construção de uma linguagem mais adequada á expressão de suas idéias como participante do processo de transformação de si e de sua realidade.

O trabalho coletivo pressupõe a integração, a fluidez e o compromisso entre os/as que o planejam e o desenvolvem. Entende-se por planejamento escolar coletivo a efetiva participação de todas/os as/os integrantes da comunidade escolar na decisão dos rumos que nortearão as atividades escolares e extra-escolares. Por desenvolvimento coletivo de atividades entende-se que o efetivo empenho de todos/as os/as integrantes da comunidade escolar na execução conjunta, responsável, objetiva e integrada do trabalho previamente planejado.

Diante de tantas peculiaridades e exigências que o trabalho com a EJA requer, e procurando atingir um público cada vez maior, a S.M.E de Goiânia criou o Projeto AJA Extensão com o objetivo de levar a educação formal aos indivíduos com baixa escolarização, onde quer que eles estejam, uma vez que as salas do projeto podem ser abertas em empresas públicas e particulares, associações, instituições religiosas e de lazer - (como o Jardim Zoológico) e até mesmo dentro do Centro de Reabilitação do INSS. Esse trabalho tem a pretensão de identificar e falar mais adiante, das contribuições do Projeto AJA Extensão aos alunos que freqüentam a sala de aula desse local.

De acordo com a SME de Goiânia, na década de 80, com a redemocratização do país, com o discurso de garantia de acesso à escola para aqueles que dela foram excluídos, a UFG através de discussões nessa área criou o Projeto Alfabetização e Cidadania que atendia adolescentes na condição de risco. Esse projeto deu origem ao Projeto Aja que atendeu aos adolescentes dentro da UFG, com professores da rede municipal por um tempo, e depois se extinguiu dentro da Universidade, mas se estendeu para as escolas da Rede Municipal.

Dessa forma, o Projeto AJA Extensão nasceu de uma experiência pedagógica de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos, em Goiânia, e se caracteriza, (de acordo com as informações da Proposta Pedagógica da S.M.E de Goiânia, (2005) pela flexibilização de horário,(atende nos três turnos, de acordo com as necessidades do local onde a sala foi implantada), de matrícula, e de

avanço que pode acontecer a qualquer momento do ano; conta com 180 dias letivos, três horas de funcionamento e organização por módulos. Os educadores contam com reuniões para estudo e planejamento e reuniões trimestrais de avaliação do Projeto que faz parte da Rede Municipal de Educação desde 1993 e se implantou em função de parceria entre a S.M.E e a Universidade Federal de Goiás.

Nos anos de 2001 e 2002, realizaram-se em toda a Rede Municipal de Ensino de Goiânia, plenárias para discussão da criação de uma proposta para a EAJA, momento em que foi instituída uma pesquisa junto às escolas da Rede Municipal que atendiam a modalidade EJA, com o propósito de construir uma organização curricular para a EAJA. Esse projeto ficou conhecido como: “*A construção de uma Proposta Democrático-Popular de Educação para Adolescentes, Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação de Goiânia, pelos sujeitos do processo educativo*”, e envolvia educadores, educandos, funcionários administrativos e a comunidade. E nesse momento de discussões e debates, foi proposta pela Divisão de Educação Fundamental de Jovens e Adultos (DEF-AJA) a junção das turmas do Projeto AJA, (que trabalhava com módulos de I à VI, compatíveis com as turmas de alfabetização à 4ª séries) com as turmas de seriação de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, o que ocorreu no ano de 2002 e, assim o Projeto AJA deixou de existir como sala de aula dentro da escola, pois estas salas passaram a funcionar não mais nas escolas e sim dentro de outras instituições, onde há demanda por educação básica, como “sala de extensão”, ou seja, a sala de aula que atende as essas instituições pertence a uma escola da rede municipal de educação. O Profissional de educação é lotado na escola, mas trabalha dentro da instituição que o Projeto AJA atende, e recebe da escola, além do professor, os materiais didáticos, o apoio pedagógico e administrativo necessários ao ensino aprendizagem e também à regularização da documentação. À estas salas pertencentes a uma escola, mas funcionando em outros locais, deu-se o nome de sala de extensão. Nem todas as escolas da rede têm salas de extensão e as que têm pode ter quantas quiserem, de acordo com o interesse do diretor da escola e da possibilidade de abertura de turmas. Dessa forma com o intuito de continuar

facilitando o acesso e a permanência, na sala de aula, de indivíduos fora da faixa etária dita normal, anteriormente excluídos da escola, o Projeto AJA continua existindo, com todas as suas características de flexibilidade, num claro exemplo de atendimento social, como “sala de extensão” das escolas municipais. Tais salas têm funcionamento em instituições, como COMURG, SINDGOIANIA, Centro de Convivência do Idoso, Casa do Idoso, DERMU COMPAV (hoje AMOB) e INSS, entre outras. (SME, 2005)

Os educadores do Projeto AJA procuram trabalhar dentro de uma concepção de educação libertadora em que estão fundamentados os propósitos do Projeto, em que o educando é visto em sua globalidade, como um ser em processo de transformação em suas relações com o mundo e precisa se perceber enquanto sujeito para que possa mudar essas relações a favor de um mundo melhor, mais humano e justo para todos.

Os educadores por sua vez têm enfrentado o desafio que implica em desaprender a prática autoritária, burocrática e opressora que desenvolvia para, junto aos educandos e em diálogo com eles, aprender e apreender uma prática que, partilhada por todos, se dá em uma realidade, sócio-histórica-cultural concreta.

A organização do ensino no Projeto se dá de acordo com as informações do documento da DEFE-AJA (2006) transcritos abaixo:

- O ingresso do aluno junto ao Projeto AJA poderá ser feito em qualquer período do ano, bastando que a escola ofereça vaga.
- Caso o aluno não tenha comprovante de escolaridade e afirme ter concluído algumas séries, deverá ser matriculado no Módulo I, podendo o professor verificar a aprendizagem deste aluno e avaliá-lo para avançá-lo.
- A turma do Projeto AJA deverá ter de 15 a 25 alunos matriculados. A idade mínima é de 15 anos para o ingresso do aluno no Projeto.
- Para ser modulado no Projeto AJA, os professores deverão passar por uma entrevista com representante do mesmo na DEF-AJA.

- Os professores modulados terão, obrigatoriamente, que participar das reuniões mensais de formação, coordenadas pela DEF-AJA, reuniões trimestrais para avaliação da Proposta e reuniões autogestionadas mensais, fora do horário letivo, para planejamento e estudo. Estas reuniões previstas no calendário do Projeto AJA.
- A carga horária do aluno difere da do professor, 180 a 200 dias respectivamente. Organizados em módulos dotados de terminalidade e continuidade respondendo à mobilidade de moradia e emprego dos trabalhadores, que não conseguem programar um ano de vida escolar dentro da realidade da vida que tem.
- Progressão, ou permanência nos módulos em função do nível do conhecimento alcançado, independente da terminalidade do módulo, com avanços reconhecidos a qualquer tempo em que ocorra, respondendo à necessidade de se eliminar a frustração da “bomba”, ou seja, cultura da repetência.
- Horários flexíveis em função da jornada de trabalho e/ou cansaço do aluno.
- Conteúdo, Metodologia e Avaliação livres e experimentais, em razão dos conhecimentos já acumulados pela clientela, objetivando criar nos alunos confiança em sua própria capacidade que já foi destruída pelo ritual pedagógico a que forem submetidos.
- Programas específicos para adolescentes que são ou foram rejeitados pelas professoras e crianças das escolas que freqüentaram. Na escola noturna, não conseguem êxito por não ter a maturidade necessária para a convivência com os adultos.
- Período letivo flexível em razão de que os adolescentes, jovens e adultos não só já têm um conhecimento e disciplinas de vida, mas também porque já conhecem seus limites.
- O projeto tem como princípio básico a identidade, a cidadania e a aprendizagem, citados no início dessa parte do trabalho.

Esses princípios devem ser trabalhados e vivenciados por todos os indivíduos envolvidos com a EJA, uma vez que os educandos dessa modalidade de ensino têm identidade peculiarmente diferenciada, como vimos no início deste item.

4 – O Aluno de EJA, o Trabalho e o Mercado de Trabalho

Este capítulo se iniciará com uma pergunta: “O que significa a ausência de emprego na sociedade?” O autor e professor Vitor Paro, afirma que o homem não almeja apenas estar no mundo; o homem almeja estar bem. Para ele não importa apenas viver, mas viver bem. Isto é tão dramático que o homem que perde a esperança de viver bem prefere suicidar-se a apenas viver. (Paro, 1999). Ainda segundo esse autor, para viver bem o homem necessita satisfazer não apenas as suas necessidades básicas, mas também adquirir o supérfluo que o torna contente. Supérfluo deve ser entendido aqui como todo bem material que o homem adquire além de suas necessidades básicas. E o supérfluo, bem como o básico é, no mundo capitalista, é adquirido através da venda da força de trabalho de um homem a outro homem, numa relação empregatícia, e em troca dessa força lhe pagam o salário e com ele o homem poderá adquirir o básico e o supérfluo que o faz viver bem e sentir-se inserido na vivência das relações sociais com outros homens.

As relações empregatícias, ou o emprego, garantem ao homem o salário e também alguns direitos trabalhistas como: férias remuneradas, décimo terceiro salário, aposentadoria, o direito a licença, etc. Na verdade, quando o homem está empregado, ele se sente protegido, amparado, pois tem a garantia de que não lhe faltará o supérfluo. No entanto, o homem não tem a garantia do emprego e por

diversos fatores embutidos nas relações sociais trabalhistas, num mundo capitalista, ele o pode perder. A perda do trabalho leva o homem à frustração, pois já não tem mais o meio de conseguir o seu salário e adquirir o que lhe é necessário para o bem viver. Frustrado e sem condições de satisfazer suas vontades, o homem pode se deprimir, viver e se envolver em situações que o prejudique, como por exemplo, o alcoolismo, a depressão, a exclusão. E em muitos casos, a necessidade de ter os bens para seu consumo e não ter como consegui-los pode levar o homem a tomá-los à força de outros homens, através do roubo, do assalto, das falcatruas. E ainda há aqueles que no desespero de se sentirem excluídos socialmente, por não terem o que seus pares têm, até mesmo a satisfação das necessidades básicas, se suicidam.

No entanto em muitas sociedades, como a brasileira, as pessoas têm uma grande capacidade de criar situações e na falta do emprego que lhe garanta o salário, ele consegue através do trabalho informal, recursos que o torna capaz de conseguir comprar bens de consumo (nem todos que almeja) e se sentir socialmente incluído novamente.

Todavia, se por um lado o trabalho informal garante ao homem a sobrevivência, por outro lado, ele não oferece os direitos trabalhistas, o que com o tempo traz conseqüências desastrosas, no momento da falta da saúde, da necessidade do descanso (férias), da aposentadoria, etc. e tudo isso leva o homem a novamente se frustrar, deprimir-se e se excluir ou ser excluído socialmente.

Numa visão materialista, dentro de uma sociedade capitalista, a falta do emprego na sociedade pode significar o aniquilamento do homem enquanto ser social que deseja se sentir bem em suas relações sociais tendo as mesmas condições materiais de seus pares.

A garantia desse emprego tão almejado, tem ficado cada vez mais complicada, pois a globalização trouxe mudanças profundas no mercado de trabalho cada vez mais exigente e excludente em função também do grande avanço científico e tecnológico. Segundo Libâneo:

... essa situação tem gerado competitividade no mercado mundial. As novas tecnologias e a robotização têm gerado mudanças profundas no sistema de produção, na aprendizagem, na difusão do conhecimento e na qualidade dos recursos humanos.

Ainda segundo Libâneo (2003):

A competitividade instalada e requerida pelo capital transnacional passa cada vez mais pelo desenvolvimento do conhecimento e pela formação de recursos humanos atribuindo papel central a educação. Nesse sentido a orientação do banco Mundial tem sido a de educar para produzir mais e melhor. (2003, pg.95).

O trabalhador fragmentado e treinado rapidamente pelas empresas não condiz mais com o novo modelo de exploração, que requer agora maior habilidade, capacidade de abstração, visão de conjunto e de integração e capacidade de acompanhar os avanços técnicos científicos das empresas, que necessitam acompanhar os padrões exigidos pelo mercado de trabalho.

Dessa forma podemos observar como o jovem e o adulto trabalhador, sem escolarização, se encontram excluídos do mercado de trabalho que deles exige competências e habilidades muitas vezes garantidas somente àqueles com boa formação escolar.

Assim sendo, percebe-se aí a importância da educação enquanto elemento de formação de capacitação. No entanto, a educação que por ora é oferecida na escola formal não condiz com as necessidades desses jovens e adultos trabalhadores, uma vez que ela acontece de forma fragmentada, limitada e ainda com práticas excludentes.

A educação deve ter em vista, uma formação humana ampla, completa e contínua, capaz não só de repassar conhecimentos, mas de elevar o cidadão a uma condição de sujeito crítico, habilidoso, participativo, consciente de seus deveres e capaz de agir e interagir no contexto globalizado da sociedade em que vive.

Reivindicando a ampliação da escolaridade básica, os trabalhadores têm reafirmado que tanto a educação escolar quanto a formação profissional constituem

condições necessárias para inserção no mundo do trabalho e no exercício da cidadania. (Manfredi, 2002).

Sendo assim, a educação básica e a educação profissional exercem um papel fundamental na capacitação e na formação dos sujeitos que por ela passam e que serão inseridos no mercado de trabalho.

A participação das organizações representativas da sociedade civil também pode contribuir positivamente na construção de mecanismos democráticos e de gestão de políticas educacionais específicas e gerais numa perspectiva de ampliação de conquista da cidadania e da democracia. O conjunto das organizações de trabalhadores tem promovido projetos políticos e educacionais alternativos, na tentativa de influir na formulação e na gestão das políticas públicas de educação. Se as organizações de trabalhadores se movimentam no sentido de melhorar a educação, a instituição escolar não pode ficar de fora das mudanças que se fazem necessárias para garantir uma educação de qualidade.

Dessa forma podemos afirmar que há uma necessidade de aproximação da EJA e da educação profissional enquanto instâncias formativas. A educação básica promovendo a educação geral e humana e a educação profissional capacitando para o trabalho, mas oferecendo uma formação continuada.

Somente dessa forma poderemos contribuir para elevar os alunos de EJA à condição de sujeitos ativos e capacitados para enfrentar a competitividade e ainda poder agir e lutar para a transformação da sociedade tornando-a mais justa e igualitária.

Para isso faz-se necessário que também os educadores entrem nessa luta em prol da educação, conscientizando-se, capacitando-se, mudando suas práticas e sua visão a respeito da EJA, e lutando ao lado dos jovens e adultos e trabalhadores para conseguir que a EJA e a educação profissional sejam de alta qualidade e garantam formação integral dos seus alunos, para que se saiam bem enquanto homens e mulheres que estudam, trabalham e transformam essa nação.

Embora nunca tenha sido fácil no mundo capitalista um emprego digno, capaz de satisfazer totalmente nossas necessidades, havia até certo tempo atrás, uma maior facilidade de se conseguir um emprego que garantisse pelo menos o sustento básico aos milhões de trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos do país. Eram empregos que não exigiam muito letramento, onde as tarefas eram repetitivas, individualizadas, sem a necessidade de muita abstração; sem ser preciso de conhecimento tecnológico e nem habilidades complexas adquiridas via educação escolar.

O sistema capitalista reorganizou suas formas de produção e de consumo, e a economia passou a se integrar mundialmente e isso foi possível graças à grande aceleração das transformações técnico- científicas. Com elas aconteceram mudanças rápidas e profundas no campo econômico, social, político, cultural e educacional, no mundo todo. (Libâneo, 2003)

A revolução tecnológica juntamente com a globalização econômica se tornou responsável por modificações na produção que visam atender as exigências capitalistas da classe burguesa, de produzir muito para consumir mais e lucrar sempre, sem se preocupar se estão ou não excluindo pessoas e lhes negando o direito de uma vida digna.

As mudanças tecnológicas nos setores de produção já não oferecem mais nenhuma facilidade na hora de se conseguir uma vaga de emprego.

Segundo Libâneo:

O modelo de exploração anterior, que exigia um trabalhador fragmentado, rotativo - para executar tarefas repetitivas - e treinado rapidamente pela empresa, cede lugar a um modelo de exploração que requer um novo trabalhador, com habilidades de comunicação, de abstração, de visão de conjunto, de integração e flexibilidade, para acompanhar o próprio avanço científico-tecnológico da empresa, o qual se dá por força dos padrões de competitividade seletivos exigidos no mercado global. (2003, p.102)

Dessa forma os jovens e adultos trabalhadores com baixo nível de escolaridade se veem obrigados a voltar à escola, para adquirir competências e serem capazes de competir por uma vaga no mercado de trabalho.

Com uma identidade tão peculiar e com novos ajustes e exigências do mercado de trabalho, os jovens e adultos recorrem então à escola, como um espaço que lhes oferece meios de superar suas dificuldades e fazer com que se sintam inclusos e partícipes da sociedade globalizada.

No entanto, existem também aqueles que não voltam por vontade própria, mas por imposição. É o caso dos alunos segurados do INSS, que de acordo com cada caso, para atender as exigências do Sistema Previdenciário, são obrigados a frequentar as salas de aula da EJA, pois com o nível de escolaridade muito baixo, os cursos profissionalizantes não os aceitam como alunos e fica então impossível fazer a reabilitação. E é a respeito deles que o próximo tópico tratará, numa tentativa de identificá-los e saber quais as contribuições que o Projeto AJA - Extensão e os cursos profissionalizantes tem-lhes oferecido.

5 – Contribuições do Projeto AJA – Extensão e dos Cursos Profissionalizantes aos Alunos Segurados do INSS

Muitas vezes, quando se fala de uma sala de aula dentro do Centro de Reabilitação do INSS, as pessoas questionam sobre quem seria a clientela, nesse espaço físico um pouco inusitado, pois na verdade, grande parte da população não sabe da existência do Centro, mas apenas das APS (Agências de atendimento da Previdência Social) para fins de aposentadoria ou de benefícios, pagos aos doentes e acidentados e não sabem que esses passam por processo de reabilitação. Em função disso, fez-se necessário escrever um tópico identificando o Centro de Reabilitação, para que se compreenda quem é o aluno segurado do INSS.

Da mesma forma fez-se conveniente identificar o Projeto AJA Extensão, dentro da EJA, pois até mesmo dentro da Rede Municipal de Ensino de Goiânia, há ainda muitos que não o conhece e, além de apresentá-lo, torna compreensível o fato de uma sala de aula da prefeitura funcionar dentro do INSS. Pergunta recorrente quando alguém fica sabendo de sua existência.

Assim, fica justificada a apresentação do Centro de Reabilitação e do Projeto AJA, aparentemente assuntos tão divergentes, mas necessários para entender a identidade do aluno segurado do INSS e da presença de uma sala de aula da rede municipal dentro de uma sala do INSS.

Cabe ressaltar aqui, que apenas o Centro de Reabilitação Profissional de Goiânia mantém uma sala de aula em suas dependências. Todos os demais C.R no Brasil encaminham os segurados para as escolas da comunidade.

Para o segurado, estudar dentro do C.R. é um ganho, pois ele está perto de todas as outras atividades que são ali realizadas (como exemplo, a fisioterapia) e mantém contanto direto com as Orientadoras Profissionais que os acompanham, além da convivência com outros segurados na mesma situação. Se reconhecem em seus problemas, suas limitações e acabam por servirem de apoio uns aos outros, na luta pela superação do grande trauma que se aproxima que é a cessação do benefício sem a garantia do emprego.

O aluno segurado do INSS é o jovem ou o adulto que, por uma fatalidade – ou algum tipo de descaso ou descuido, esteve doente ou acidentado e viu-se impossibilitado de exercer suas atividades laborativas e por esse motivo recebe o auxílio doença/acidente da Previdência Social, com ou sem vínculo empregatício.

Após um período de recebimento do benefício (que varia de caso a caso conforme as normas do Sistema), o segurado é encaminhado ao Centro de Reabilitação para ser avaliado pela perícia médica e enviando à reabilitação obrigatória, onde continuará sendo avaliado pela equipe multidisciplinar do C.R., com a intenção de reinserção no mercado de trabalho, através da oferta de cursos técnicos que visam capacitá-lo profissionalmente para exercer uma nova função, compatível com suas habilidades e competências, mas sem garantir-lhe o emprego. Uma vez considerado reabilitado, o segurado é cortado do Sistema e terá que lutar por conta própria para arranjar um emprego, quando a empresa com a qual tem vínculo não oferece nenhuma outra atividade que ele possa exercer, ou mesmo quando ele não tem vínculo empregatício com nenhuma empresa.

Dessa forma, os segurados com maior nível de escolaridade têm condições de se matricularem em cursos técnicos melhor cotados no mercado de trabalho e suas chances de conseguirem um emprego tornam-se maiores. Todas as despesas com transporte e material didático necessário para a participação no curso são pagos pelo INSS, assim como a matrícula e o custo total do curso.

Os cursos, por sua vez, são cotados pelo C.R. através de pesquisa que acompanha as tendências do mercado. Depois de firmado convênio com as instituições que oferecem os cursos, na comunidade, estes são oferecidos ao segurado para que ele escolha o curso que melhor lhe convém, de acordo com suas possibilidades físicas e suas competências, sob orientação e supervisão das O.Ps (Orientadoras Profissionais).

Após a escolha do curso, o segurado fica aguardando liberação da verba pelo Sistema Previdenciário e só então inicia o curso. Enquanto isso, ele continua sob supervisão das O.Ps, fazem consultas periódicas com elas e com a perícia médica e continuam recebendo o benefício; no entanto, não podem exercer nenhum tipo de trabalho remunerado.

Os segurados com baixo nível de escolaridade são então encaminhados à sala do Projeto AJA, que funciona dentro das dependências do C.R., para que possam melhorar o nível de escolaridade e serem aceitos pelas instituições que oferecem os cursos. Estas estão, cada vez mais, exigindo maior escolaridade para aceitação nos cursos.

A professora da turma tem a função de ensinar os segurados que lhes são encaminhados e avaliar os segurados que chegam no C.R sem comprovante de escolaridade mesmo que eles não venham a ser seus alunos. Assim, são comuns avaliações para diagnosticar o nível de escolaridade de pessoas de várias cidades do interior do estado e de Goiânia. Os alunos que vivem na região metropolitana de Goiânia, que necessitam melhor escolarização e que estão dentro das normas do sistema, passam então a freqüentar as aulas, numa sala multisseriada, conforme determinações do Projeto AJA.

O grande número de analfabetos que são levados até a sala para avaliação, impressiona. A grande maioria vem do interior do Estado, onde muitas vezes não há nenhuma preocupação por parte das respectivas Secretarias Municipais em oferecer oportunidades para que eles venham se alfabetizar e continuar seus estudos. Para esses a situação é ainda pior.

Os alunos segurados que chegam à sala de aula do Projeto trazem consigo as seqüelas do acidente ou da doença que lhes acometeram. Em sua grande maioria apresentam problemas graves de coluna como hérnia de disco, seguidos por aqueles com problemas cardíacos, que usam marca passo, outros com seqüelas nos joelhos, nas pernas, nos braços, nas mãos, na visão, enfim todo tipo de seqüela inclusive amputação, má circulação, cirurgias de câncer, etc. Olhando para eles tem-se a impressão de que são todos saudáveis. Muitos reclamam que ainda não se sentem recuperados o suficiente para voltar a trabalhar; que sentem dores; que são incapazes; que sua única saída é a aposentadoria. Outros já se sentem prontos para voltar a trabalhar. O comum entre eles, além da baixa escolaridade e das seqüelas, é a reclamação da não garantia do emprego. Eles sabem que uma vez feito o curso profissionalizante, cessa o benefício e eles têm que se virar para se sustentarem.

O benefício é de suma importância para eles uma vez que é com ele que a provisão do sustento chega até suas casas. Sem ele e sem o emprego, eles se sentem como miseráveis. Alguns nem se concentram nas aulas, ficam deprimidos, só de pensar que em breve não contarão mais com esse recurso. Não pelo fato de terem que trabalhar, mas pela conscientização de que, com seqüelas e acima dos 40 anos dificilmente arranjarão trabalho em algum lugar.

Os cursos oferecidos a esses, com escolaridade até a 4ª série, geralmente são cursos para atividades mal remuneradas como porteiro e chaveiro e há uma grande resistência a eles, mas não há muitas ofertas de cursos no mercado goianiense que aceite esse nível de escolaridade e o de porteiro, está exigindo agora, a 8ª série.

Como há flexibilidade de matrícula no Projeto, durante todo o ano letivo são feitas matrículas nessa sala. A rotatividade é grande em função de vários fatores,

como: o desligamento do sistema, o ganho de uma ²R-2, aposentadoria (raros casos), ou a liberação das verbas para o curso. E este quando é liberado, o segurado obrigatoriamente deverá fazê-lo, independentemente de haver concluído ou não a 4ª série. Em função disso, há um alto nível de evasão nessa turma.

A primeira ida do segurado à sala de aula é quase sempre cheia de reclamações por parte deste, que não pensava nunca em voltar a estudar e agora se vê obrigado a retomar. Toda vez que isso acontece, é preciso que a professora e os alunos já adaptados façam um trabalho de acolhida, com muita conversa, dedicação em ouvir suas razões e convencê-lo que o melhor que tem a fazer é aceitar sua nova condição de aluno, pois caso resista, seu benefício é suspenso. Eles reclamam da distância, do transporte coletivo da cidade, das dores que sentem, dos anos fora da escola, que não se sentem capazes de aprender. Mas é interessante notar que quando lhes é dito que eles podem estudar em escolas da comunidade, nas proximidades de suas casas, eles sempre fazem opção por ficar com a sala do Projeto dentro do C.R. No início a resistência é grande, mas aos poucos eles vão se adaptando e tomam gosto. Tornam-se alegres e participativos.

O INSS oferece o vale transporte para que eles freqüentem diariamente as aulas e a escola da qual a sala de extensão faz parte oferece, também o material didático necessário aos estudos. Essa extensão faz parte da Escola Joel Marcelino de Oliveira, no setor Finsocial e conta com apoio pedagógico de lá. Este apoio pedagógico é entendido aqui como a nomenclatura dada à função do coordenador pedagógico que acompanha o trabalho do professor, orientado, ajudando na articulação com a escola, levando informações do trabalho realizado na escola e levando à ela as necessidades das turmas de extensão, enfim fazendo a ponte entre a escola e o Projeto AJA para que o trabalho flua sem grandes dificuldades, pois como as salas de extensão geralmente ficam longe das escolas da qual fazem parte, os professores dificilmente vão até elas e os coordenadores fazem têm a função de visitar as salas e trazer todo o suporte necessário possível para seu funcionamento.

A merenda Escolar oferece o lanche reforçado e de qualidade, necessário a eles que vêm de toda a grande região metropolitana (Senador Canedo, Goianira, Trindade, Aparecida de Goiânia, Caldazinha e etc.). As aulas se iniciam às 08h00, mas vindos de tão longe, são obrigados a saírem de casa ainda de madrugada e só contam com o lanche da escola. O momento de lanchar se torna também um momento de descontração, de alegria, de convivência harmoniosa entre todos, o que faz com que esqueçam um pouco os problemas e muito mais que isso, cria-se ali fortes laços de amizade. É comum, vizinhos do mesmo bairro freqüentar a sala e nunca terem se visto antes. A partir daí se tornam conhecidos e os laços se estreitam. Dessa forma começam aí as contribuições que a EJA tem oferecido a eles.

Ao analisar a existência dessa sala percebe-se que ela tem sido um canal para a elevação da auto-estima, a inclusão no mundo letrado, a oportunidade de continuação dos estudos, a oportunidade de se conseguir um emprego (principalmente para os mais jovens), a conscientização da cidadania e a melhor convivência social.

Ao chegar à sala de aula, os segurados apresentam-se com baixa auto-estima. A própria condição de segurado contribui para isso. Ele é visto pela sociedade como aquele incapaz de trabalhar e garantir seu próprio sustento e além de tudo é analfabeto ou quase. Às vezes seus próprios familiares os excluem. O trabalho para a elevação da auto estima necessita ser feito diariamente, fazer parte do cotidiano da sala de aula. Para isso é necessário muito diálogo, leituras reflexivas, filmes e principalmente muita compreensão, atenção em ouvir e palavras de encorajamento. Isso não só por parte da professora, mas de toda a turma. É gratificante ver que aos poucos eles vão se sentindo melhor e saem de lá de cabeça erguida, acreditando em seu potencial.

Nem todos chegam tão deprimidos, muitos veem na sala de aula a oportunidade de realizar seu sonho de estudar, adiado há anos em função de vários fatores, principalmente o trabalho e é irônico pensar que o próprio trabalho que lhe tirou a oportunidade de estudar agora o obriga a fazê-lo, ou não encontrará trabalho.

Esses vão alegres para a sala, não faltam às aulas e alimentam o sonho de continuar os estudos. A inclusão no mundo letrado faz com que eles se sintam seguros, capazes e muito animados.

A grande maioria não pensava em voltar à sala de aula, mas essa oportunidade, mesmo que forçada, contribui para abrir-lhes os olhos e enxergarem a importância dos estudos. Nos últimos anos as turmas do Projeto - AJA Extensão dentro do INSS, têm alcançado grande sucesso em conseguir convencê-los a continuar estudando. Cada ano cresce o número daqueles que concluem a quarta série e se matriculam nas turmas de quinta série nas escolas da comunidade. No ano passado o índice de continuação dos estudos entre os que concluíram a quarta série, nessa sala, foi de 96%, de acordo com relatos dos próprios alunos, que voltam em busca do documento de transferência exigido na hora de se matricular em outras escolas e, através de seus relatos, no momento das frequentes visitas que fazem à sala, quando ainda estão ligados ao sistema do INSS ou quando vão somente para visitar a sala.

É muito comum os alunos saírem dessa turma e voltarem constantemente para visitá-la. Essas visitas servem de estímulo para os que ali estão estudando. Entre eles há o caso de alguns que já estão na sétima ou oitava séries, e começaram na sala do Projeto na segunda ou terceira série ou módulos quatro e cinco; há os que após prosseguir os estudos fizeram curso de informática e agora trabalham na área; há os que conseguiram levar a esposa e os filhos a voltarem a estudar; há os que conseguiram arranjar um bom emprego em função da elevação da escolaridade.

Mas há também, e não são poucos os casos, daqueles que concluíram a quarta série, fizeram os cursos profissionalizantes e continuaram excluídos do mercado de trabalho sendo obrigados a se lançarem no mercado informal e passam a ser picolezeiros, churrasqueiros, vendedores de água nos sinaleiros das cidades, vendedores de sandálias, enfim, ambulantes. Não que esse trabalho não tenha seu valor, sua dignidade, mas o ganho é pouco, as garantias são nulas e as necessidades são muitas.

A reclamação recorrente é do aligeiramento dos cursos profissionalizantes, da grande preocupação com a técnica em tempo reduzido e das seqüelas que fazem deles candidatos excluídos do mercado, mesmo portando um certificado do INSS garantindo sua qualificação.

Dessa forma percebe-se que para uns a sala do projeto é a realização do sonho de voltar a estudar e a abertura de novas possibilidades; para outros apenas mais uma experiência adquirida.

Vivenciar o dia a dia dessa sala é perceber que, e para alguns falta fé; fé em si mesmo. O comodismo leva à estagnação, à conformação com o pouco, à indignação com o governo, o querer sempre tudo nas mãos. A outros a exclusão social fala mais alto, abate, aniquila, mas mesmo sem o benefício do INSS é preciso sobreviver, de qualquer forma e vários caminhos são trilhados em busca do sustento, da sobrevivência...

O projeto precisa continuar seu trabalho, fazer a diferença. Se não para todos, pelo menos para alguns. É como a história do homem que catava estrelas do mar na praia e as devolvia ao mar e dizia: “se não para todas, para essa eu fiz a diferença”.

O projeto pode não conseguir atingir a todos, mas para muitos têm elevado a auto-estima, a cidadania, o conhecimento da própria identidade e de suas possibilidades. No entanto, ainda há muito que fazer. Aperfeiçoar políticas, com ações concretas ao alcance a todos. Uma das ações necessárias é a aproximação da EJA com os cursos profissionalizantes. Esses e o Projeto AJA fazem parte da EJA, mas não tem havido um diálogo entre essas duas modalidades de ensino

Há um discurso de que o aluno da EJA é mal preparado para freqüentar os cursos. Cada uma dessas modalidades executa seu trabalho e se sente cumpridora de sua função, mas faz-se necessário um diálogo entre elas. Os cursos profissionalizantes não conhecem a dura realidade dos alunos do projeto que passam pelo CR, das suas necessidades de melhor formação, de melhor capacitação dentro de suas possibilidades. Por sua vez, o projeto também não conhece os cursos, não

dialoga com eles para juntos capacitarem melhor seus alunos e verdadeiramente incluí-los no mundo do trabalho e não somente no mercado de trabalho.

Na verdade, faltam políticas públicas que venham unir essas duas modalidades para que elas falem a mesma linguagem e juntos caminhem na mesma direção, a de elevar os alunos da EJA à condição efetiva de cidadãos. No entanto, o governo federal através do Decreto 5.840/2006 instituiu o PROEJA no âmbito dos centros federais de educação (os CEFETEs) e através dele mantém uma organização de oferta de curso de formação inicial e continuada de trabalhadores e os cursos de educação profissional técnica em nível médio e determina a construção de um projeto pedagógico único. O PROEJA traz em seu bojo o processo de institucionalização da EJA ligada à formação para o trabalho e os CEFETEs há muito conta com a tradição de qualificação dos trabalhadores. No PROEJA, a EJA deixa de ser suplência e passa a se constituir em uma modalidade educacional com características próprias com o objetivo de formar para o mundo do trabalho. Dessa forma, se constitui como uma política pública e firma a concepção de que a educação é um direito de todos e pode contribuir para a integração sociolaboral dos sujeitos historicamente marginalizados da sociedade e, tem na proposta curricular a perspectiva do trabalho como princípio educativo considerando a característica plural de EJA, pois lida com deferentes estilos cognitivos e de aprendizagem. Dessa forma pode-se afirmar a existência de políticas públicas voltadas a formação continuada com o objetivo de elevar os sujeitos da EJA à condição de cidadãos politizados, conhecedores de seus direitos e deveres, preparados para o mundo do trabalho, no entanto, ainda falta muito a fazer. São muito poucas as ações voltadas para esse fim, diante dos milhões de trabalhadores analfabetos ou analfabetos funcionais que vivem às margens da exclusão social e longe das benéficas geralmente garantidas àqueles que usufruem de boa formação escolar.

CONCLUSÃO

Diante de toda a dinâmica do capitalismo, e das exigências excludentes do mercado de trabalho, há muito que se pensar sobre os trabalhadores, principalmente sobre os homens e mulheres que sofrem com as seqüelas de doenças ou acidentes de trabalho e não conseguem se aposentar, antes porém, são inseridos no Sistema de Reabilitação do INSS com a finalidade de reinserção no mercado de trabalho.

Ante esta situação, cabe nos perguntar se esses homens e mulheres, segurados em processo de reabilitação, alunos da EJA, especificamente do Projeto AJA Extensão e dos Cursos Profissionalizantes, estão realmente sendo preparados qualitativamente para exercerem funções laborativas no mundo do trabalho, ou apenas estão saindo da escola com um certificado de curso técnico, feito aligeiramente e que não lhes garante competência para competir no mercado de

trabalho? Trabalhar fragmentadamente, como vem acontecendo com os cursos profissionalizantes e o Projeto – AJA, distantes da realidade um do outro contribui para a reinserção do segurado do INSS no mundo do trabalho? E é possível fazer um trabalho diferenciado, quando as modalidades trabalham dentro com a mesma concepção de educação, têm os mesmos objetivos. Os cursos profissionalizantes poderiam dar continuidade aos estudos dos alunos, numa perspectiva de formação continuada enquanto os preparariam tecnicamente em uma determinada profissão, como a tentativa que o Proeja está fazendo de unir o técnico com a formação para a vida.

Ao concluir a 4ª série no Projeto AJA, o segurado vai então fazer um curso técnico, por exemplo, o de eletrônica. Esse curso é feito num período de trinta dias e emitido um certificado. A grande reclamação dos segurados é que num período tão curto não é suficiente para aprender tudo o que é necessário saber nessa área, para que se execute um trabalho de qualidade. Dessa forma, ele continuará desempregado. Dessa forma, a situação do segurado fica assim: ele não recebe mais o benefício e não consegue um emprego por vários fatores, principalmente porque o curso feito não lhe garante competência, diante do curto prazo em que foi realizado e ele continua com baixo nível de escolaridade. A própria condição de desempregado, as dificuldades do dia a dia, a falta do básico e do supérfluo em casa, o desestimula a continuar os estudos. Se os próprios cursos técnicos desse continuidade aos estudos dos alunos, na perspectiva da proposta do Projeto AJA, poderia de fato acontecer a reabilitação dos segurados do INSS? Ou quem sabe o próprio Projeto - AJA ou a Rede Municipal de Educação, empreender uma ação que tenha como proposta oferecer também cursos profissionalizantes que levem os alunos a se profissionalizar e dar continuidade a sua formação continuada enquanto cidadãos em constante aperfeiçoamento?

Estas questões apontam para a necessidade de aproximação dos cursos Profissionalizantes e do Projeto AJA Extensão, no sentido de que ambos consigam estabelecer uma linguagem comum com vistas à reinserção do aluno segurado na

sociedade, com dignidade. Necessita haver um acompanhamento em que se observe se estão sendo atendidas, de fato, as necessidades dos alunos, se a formação oferecida tem assegurado a oportunidade de emancipação através do exercício da cidadania, da autonomia e da competência para exercer suas funções. Não basta apenas conferir o diploma, é preciso contribuir com a construção da dignidade do segurado, oferecendo formação continuada que garanta condições de enquanto cidadãos aprender a cobrarem o atendimento às suas necessidades.

Para isso faz-se necessário pensar numa proposta de EJA integrada à Educação Profissional com o objetivo de oferecer um atendimento diferenciado a essa clientela. Há a necessidade de pensar num trabalho que venha respeitar a identidade do sujeito da EJA que venha formar um cidadão sócio-laboral, ou seja, um sujeito crítico que compreende o mundo e compreenda-se no mundo, além de ser capaz de se inserir no mundo do trabalho. Há de se pensar num currículo que se adéqüe à realidade do educando e à sua história de vida. Nele, deve-se respeitar a bagagem dos educandos e ressignificá-la.

Nesse ano de 2009, a DEF-AJA e os GTs (grupo de estudo de professores) da EAJA, estão discutindo a proposta que norteia os trabalhos da própria EAJA e do Projeto AJA Extensão, com a intenção de construir uma nova proposta para essas duas modalidades de ensino, dentro da rede municipal de educação. Nesse momento de discussões e debates muita coisa pode ser feita inclusive a elaboração de ações que possa vir a atender especificamente a clientela do INSS e de outras instituições interessadas, com o objetivo de oferecer formação continuada e técnica em diferentes cursos. Entre essas possibilidades, está a de realizar uma parceria com o PROEJA. Enquanto o Projeto AJA oferece os estudos de 1ª à 4ª série, o PROEJA ofereceria os cursos técnicos garantindo a formação continuada. A S.M.E está desenvolvendo em caráter experimental uma proposta desse tipo em uma escola da rede com parceria com o PROEJA. Seria o caso estender essa proposta para o INSS? Falta divulgação por parte do PROEJA, desse tipo de parceria. O Centro de Reabilitação, na pessoa de sua diretora, ficou surpresa e ao mesmo tempo interessada na possibilidade de estar

encaminhado segurados para essa unidade escolar e, o Sistema S acabou de firmar um convênio com o Centro de Reabilitação e irá a partir de setembro deste mesmo ano, oferecer dentro do C.R. o ensino de 5ª à 8ª série e também cursos profissionalizantes. Será o início de uma fase voltada para a possibilidade da verdadeira reinserção? Os alunos que frequentarão essas turmas são alunos fora da sala de aula há anos. Os alunos do Projeto AJA Extensão que concluírem a 4ª série também serão encaminhados à essas turmas. Há o que se pensar. Esse tipo de clientela está preparado para um ensino preocupado excessivamente com conteúdos em que há a prática da reprovação e não as maleabilidades da EAJA, que se preocupa com o tempo de cada um, com suas especificidades, necessidades e realidade de vida? A tentativa é válida, mas a EJA e os cursos técnicos, assim como o Sistema S, o Proeja e o Projeto AJA Extensão deverão trabalhar de forma integrada curricularmente para que juntos possam superar suas fragilidades e principalmente superar o viés excessivamente técnico/operacional dos cursos profissionalizantes. Estes deverão pensar a técnica como uma ciência que está relacionada com as necessidades humanas e que foi criada e produzida social e historicamente.

Dessa forma, trabalhando articuladamente, a EJA e os Cursos Profissionalizantes e, todas as modalidades que porventura vierem oferecer algum tipo de ensino aos segurados do INSS poderão levar até eles reais contribuições de reinserção. O Projeto AJA tem contribuído com a elevação da auto-estima, a conscientização da própria identidade, com a formação da cidadania. Mas ainda é muito pouco diante de suas reais necessidades, que é a de garantir o sustento, através do emprego.

A única alternativa que vislumbramos no horizonte é a de integração da EJA e dos Cursos Profissionalizantes no intuito da formação continuada, pois na verdade:

“Não basta aprender, é preciso saber como utilizar esse conhecimento elaborado e sistematizado na escola” (Math,2004).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane ET AL. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&a,2004.-(O sentido da escola)

BRANT, Roberto. Apresentação da obra. In: MENDES, René - **Máquinas e acidentes de trabalho**. Brasília: TEM/SIT; MPAS, 2001. pag. 86. (Coleção Previdência Social; v. 13)

Decreto nº3.048 - de 06 de maio de 1999. Disponível em [www. Mensariofiscal.com.br/res/conteúdo/matemp/regulamentos/.../rps.doc](http://www.Mensariofiscal.com.br/res/conteúdo/matemp/regulamentos/.../rps.doc)

DEF- AJA Divisão de educação fundamental de adolescentes jovens e adultos. SME-2006. Documento de divulgação e orientação aos professores do Projeto AJA Extensão. 2006.

ESTATÍSTICAS. **Informações estatísticas à segurança e saúde ocupacional.** Disponível em [www. previdência.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)

HADDAD, Sérgio. **Educação como exercício de diversidade.** - Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.476.- (coleção educação para todos; 6).

KHOL, Marta de Oliveira. **Jovens e adultos como sujeitos do conhecimento e aprendizagem.** MEC/UNESCO. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco/MEC, Anped, 2003. (coleção educação para todos 6).

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.de; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

NATH, Margareth Aparecida. **Alfabetização de jovens e adultos em cascavel: uma história em construção.** 2004. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE- Cascavel-Paraná.

PARO, V.H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões a cerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, C. et al. (Org.). **Trabalho, formação e currículo. Para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

PREVIDÊNCIA SOCIAL - Manual técnico de atendimento na área de reabilitação profissional. Previdência social. Instituto nacional do seguro social - Diretoria de benefícios- coordenação- geral de benefícios por incapacidade – Divisão de reabilitação profissional.

S.M.E. Secretaria Municipal de Educação – Departamento Pedagógico – **Proposta político – pedagógica para a educação de adolescentes, jovens e adultos, da rede municipal de educação de Goiânia. 2005.**